

DA CONVERGÊNCIA NACIONAL À DIVERGÊNCIA REGIONAL EM PORTUGAL NA ÚLTIMA METADE DA DÉCADA DE 90

Francisco Diniz
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Departamento de Economia e Sociologia
e-mail: fdiniz@utad.pt

Na última metade da década de 90, a economia Portuguesa, de uma maneira geral, caracterizou-se pela convergência das principais variáveis macroeconómicas, comparativamente à situação da U.E.. Em 1996, Portugal integrou, pela primeira vez, um núcleo de países que apresentava um elevado grau de convergência e um desempenho económico positivo.

A primeira parte desta comunicação tem por objectivo analisar o processo de convergência nas suas vertentes nominal, real e estrutural.

De acordo com o Sexto Relatório Periódico sobre a situação socio-económica e o desenvolvimento das Regiões na U.E., a afirmação de que o ritmo de convergência é mais rápido em períodos de crescimento económico e de maior integração é uma observação simples que resulta da natureza das várias forças que influenciam o crescimento relativo das diferentes Regiões. Apesar da convergência ter acontecido de uma forma geral, na U.E., a sua constatação a nível Regional não é um processo automático.

Tendo por base a adaptação da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas às NUTS II e III Portuguesas, pretende-se, numa segunda parte, verificar em que medida o anteriormente referido processo de convergência nacional se reproduz, ou não, a nível regional.

Da comparação da primeira com a segunda parte, resultaram algumas reflexões finais sobre a situação económica e social que Portugal apresenta quando a variável espaço é tida em consideração.

1.- INTRODUÇÃO

De acordo com o Sexto Relatório Periódico sobre a situação socio-económica e o desenvolvimento das Regiões na U.E. desde a difusão da revolução industrial no século

passado as economias da Europa ocidental cresceram em média entre 2-2,5%, embora com variações marcadas desta tendência em determinados períodos. Um destes períodos ocorreu após a 2ª Guerra mundial, nos anos 50 e 60, conhecido pelo *boom* prolongado uma vez que o crescimento na Europa atingiu médias de quase 5%. Este boom terminou na década de 70 com a crise do petróleo. Desde 1973 o crescimento na U.E. voltou aos níveis anteriores ao fim dos anos 30.

Na década de 1986-1996 o PIB da U.E. aumentou em média 2% ao ano, embora este crescimento tenha sido mais intenso nos primeiros 5 anos.

Afirmar que o ritmo de convergência é mais rápido em períodos de crescimento económico e de maior integração é uma observação simples, mas ao mesmo tempo de grande relevância. Este facto resulta da natureza de várias forças que influenciam o crescimento relativo em diferentes regiões tais como: - o fluxo de investimentos para regiões onde os custos são inferiores e existe uma maior oferta de mão-de-obra e de outros recursos; - a transferência de tecnologia e de práticas de sucesso de regiões mais desenvolvidas para as mais atrasadas; - a migração de trabalhadores de regiões com baixos níveis salariais e escassas oportunidades de emprego para as que oferecem bons salários e maiores oportunidades.

Todas estas forças aumentam com a integração económica, no entanto a convergência de uma região não é um processo automático. A disponibilidade potencial de investimentos e de novas tecnologias não é por si só condição suficiente sendo necessário que a região possua potencialidades de oferta para atrair, tanto investimento, como novas tecnologias e ser capaz de delas tirar as vantagens inerentes.

Existem sinais evidentes de que o PIB *per capita* e por conseguinte a produção e o rendimento das regiões mais pobres, se encontram a convergir para a média da U.E.. Ao longo da década de 1986-1996, o nível das regiões com um PIB *per capita* inferior à média aumentou, geralmente, cerca de 3 pontos percentuais em relação à média da U.E.. Além disso, o processo de convergência parece ter sido mais acentuado nas regiões mais pobres, tendo as 25 regiões com mais baixos níveis de PIB *per capita* em 1986 registado uma aproximação de 5 pontos percentuais relativamente à média da U. E. , enquanto que, nas 10 regiões com mais baixos níveis de PIB *per capita*, esse valor foi de 7 pontos percentuais. Nos países do Coesão, a aproximação foi de cerca de 10 pontos percentuais sendo que este valor tenha tido uma ulterior aproximação de 2 pontos percentuais em 1999.

Quadro 1. PIB per capita nas regiões mais ricas e mais pobres da U.E. (1986 e 1996)
(PIB per capita em p.pc. EU15=100)

1986			1986		
Regiões	PIB per capita EUR15=100		Regiões	PIB per capita EUR15=100	
Hamburg (D)	185	1	Hamburg (D)	192	1
Reg. Bruxelles-Cap./Brussels	163	2	Reg. Bruxelles-Cap./Brussels	173	2
Hfdst.Gew(B)			Hfdst.Gew(B)		
Île de France (F)	162	3	Darmstadt (D)	171	3
Darmstadt (D)	152	4	Luxembourg (Grand-Duché) (L)	169	4
Wien (A)	148	5	Wien (A)	167	5
Greater London (UK)	148	6	Île de France (F)	160	6
Bremen (D)	144	7	Oberbayern (D)	156	7
Stuttgart (D)	143	8	Bremen (D)	149	8
Oberbayern (D)	141	9	Greater London (UK)	140	9
Luxembourg (Grand-Duché) (L)	137	10	Antwerpen (B)	137	10
10 Melhores	153		10 Melhores	158	
Stockholm (S)	133	11	Stuttgart (D)	135	11
Ahvenanmaa/Åland (FIN)	132	12	Groningen (NL)	134	12
Lombardia (I)	132	13	Emilia-Romagna (I)	133	13
Uusimaa (FIN)	129	14	Lombardia (I)	132	14
Valle d'Aosta (I)	129	15	Valle d'Aosta (I)	131	15
Berlin (D)	128	16	Uusimaa (FIN)	129	16
Emilia-Romagna (I)	125	17	Trentino-Alto Adige (I)	128	17
Mittelfranken (D)	124	18	Grampian (UK)	126	18
Antwerpen (B)	124	19	Friuli-Venezia Giulia (I)	126	19
Karlsruhe (D)	123	20	Karlsruhe (D)	126	20
Düsseldorf (D)	122	21	Veneto (I)	124	21
Grampian (UK)	122	22	Berkshire,	124	22
			Buckinghamshire,		
			Oxfordshire(UK)		
Noord-Holland (NL)	117	23	Mittelfranken (D)	123	23
Köln (D)	117	24	Stockholm (S)	123	24
Piemonte (I)	117	25	Salzburg (A)	121	25
25 Melhores	138		25 Melhores	143	
Guyane (F)	37	1	Guadeloupe (F)	40	1
Guadeloupe (F)	37	2	Ipeiros (EL)	44	2
Alentejo (P)	37	3	Réunion (F)	46	3
Açores (P)	40	4	Guyane (F)	48	4
Madeira (P)	40	5	Açores (P)	50	5
Réunion (F)	40	6	Voreio Aigaio (EL)	52	6
Centro (P)	42	7	Martinique (F)	54	7
Voreio Aigaio (EL)	44	8	Madeira (P)	54	8
Extremadura (E)	44	9	Extremadura (E)	55	9
Algarve (P)	44	10	Dessau (D)	55	10
10 Piores	41		10 Piores	50	
Ipeiros (EL)	47	11	Andalucía (E)	57	11
Martinique (F)	49	12	Dytiki Ellada (EL)	58	12
Dytiki Ellada (EL)	49	13	Magdeburg (D)	58	13

Norte (P)	51	14	Peloponnisos (EL)	58	14
Ionia Nisia (EL)	52	15	Calabria (I)	59	15
Andalucía (E)	53	16	Alentejo (P)	60	16
Castilla-La Mancha (E)	54	17	Centro (P)	61	17
Galicia (E)	55	18	Anatoliki Makedonia, Thraki (EL)	61	18
Thessalia (EL)	55	19	Trüiringen (D)	61	19
Anatoliki Makedonia, Thraki (EL)	56	20	Mecklenburg- Vorpommern (D)	61	20
Kriti (EL)	57	21	Dytiki Makedonia (EL)	62	21
Dytiki Makedonia (EL)	58	22	Ionia Nisia (EL)	62	22
Kentriki Makedonia (EL)	58	23	Norte (P)	62	23
Calabria (I)	59	24	Thessalia (EL)	63	24
Peloponnisos (EL)	61	25	Galicia (E)	63	25
25 Piores	52		25 Piores	59	

Fonte: Sexto Relatório Periódico Sobre a Situação Sócio-económica e o Desenvolvimento das Regiões na UE. Comissão das Comunidades, 1999.

Contudo, permanecem significativas disparidades perfilando-se a convergência como um processo de longo prazo. Quase 20% dos habitantes da U.E. reside em regiões cuja produção *per capita* é 25% ou mais inferior à média da U.E.. Apesar de se verificar uma aproximação do PIB *per capita* á média da U.E. na maioria das regiões mais pobres o ritmo deste processo varia, tendo diferentes tipos de região tido desempenhos económicos muito diferentes. Geralmente, e apesar dos graves problemas económicos e sociais de algumas zonas, as áreas urbanas registaram bons desempenhos, bem como as regiões com elevados graus de concentração de actividades industriais e/ou de serviços. As regiões com forte dependência do sector público ou onde houve um processo de racionalização da indústria constituem a excepção sendo que as áreas rurais com forte dependência da agricultura são, particularmente, vulneráveis.

2.- O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA PORTUGUÊS NAS SUAS VERTENTES NOMINAL, REAL E ESTRUTURAL

A adesão de Portugal em 1986 à então Comunidade Económica Europeia teve lugar quase em simultâneo com a conclusão do Acto Único, que introduziu o conceito de Coesão Económica e Social, ou seja, o objectivo de reduzir as diferenças entre as diversas regiões do Espaço Europeu. Esta circunstância proporcionou um forte estímulo para que Portugal se aproximasse dos níveis de bem-estar e dos padrões competitivos das regiões e dos Estados membros mais desenvolvidos da Europa.

Os resultados foram muito significativos. Os desafios do mercado Interno e da União Económica e Monetária foram vencidos e Portugal está hoje profundamente envolvido na primeira linha da construção Europeia.

No entanto e não obstante os progressos verificados na redução das assimetrias internas, algumas regiões portuguesas permanecem a grande distância dos padrões médios europeus.

Na presente abordagem apresenta-se uma breve panorâmica sobre a evolução de Portugal e das suas regiões comparativamente à EUR15, na última década, abrangendo quer a convergência macroeconómica, quer a dotação de factores determinantes da competitividade quer, ainda, os indicadores de condições de vida.

2.1.- Evolução Económica e Convergência

A evolução económica entre 1994 e 1998 revela um crescimento mais acentuado em Portugal do que na média da UE na generalidade das variáveis macroeconómicas, tendo-se conseguido importantes ganhos de convergência nominal e de convergência real, embora nesta última vertente a um ritmo mais lento do que o verificado imediatamente após a adesão. O crescimento do PIB, do consumo privado e do investimento ultrapassou, naquele período, o crescimento médio comunitário em, respectivamente, 0,8, 0,9 e 4,8 p. p.

Quadro 2. Evolução Económica - 1998/1994

	UE15	Portugal
	Taxa média anual (percentagem)	
PIBpm	2,5	3,3
Consumo privado	2,2	3,1
FBCF	3,2	8
Produtividade	2,2	1,9
Remuneração (nominal)	2,8	5,7
Remuneração (real) (i)	0,5	1,9

(i) Deflacionada com o índice implícito no PIB.

Fonte: Comissão Europeia, DPP, EUROSTAT, INE.

De acordo com os resultados de um estudo da OCDE¹ esta dinâmica de convergência está patente nos progressos de Portugal, quer em termos de desempenho económico² quer em termos do seu posicionamento em relação aos *clusters* de países com níveis de integração mais elevados. Em 1996, Portugal integrou, pela primeira vez desde 1980, um núcleo de países que apresenta um elevado grau de convergência e um desempenho económico positivo.

2.2.- Convergência Nominal

Os progressos obtidos no processo de convergência nominal permitiram que Portugal integrasse o conjunto de Estados membros que participaram na área do euro desde o seu início.

Assim, a evolução das Finanças Públicas apresentou uma trajectória positiva no período compreendido entre 1993 e 1998, registando-se uma melhoria no défice das contas públicas e mesmo a obtenção de excedentes correntes em 1997 e 1998, decorrente não só do contributo de factores conjunturais, mas também da obtenção de ganhos significativos em termos de consolidação orçamental. Estes ganhos permitiram garantir as despesas de investimento público necessárias à correcção de desequilíbrios estruturais e ao processo de convergência real da economia portuguesa. O comportamento favorável das contas públicas, em conjunto com a política de amortização da dívida pública e a descida das taxas de juro, contribuíram para a inversão, em 1996, da trajectória crescente do peso da dívida pública no PIB. Deste modo, em 1997 e 1998, Portugal cumpriu ambos os critérios de convergência relativos às Finanças Públicas, definidos no Tratado de Maastricht, tendo neste último ano o défice público e a dívida pública representado

¹ "Macroeconomic and Structural Policies for a Successful Monetary Union", OCDE, 1999.

² Entre 1990 e 1996, passagem do 9.º para o 3.º *cluster* (quadro 1.2).

respectivamente 2,3% e 57,8% do PIB, fixando-se abaixo dos objectivos máximos estabelecidos.

Por seu turno, a evolução da taxa de inflação em Portugal enquadrou-se na estratégia de política monetária que vinha sendo prosseguida, tendo como objectivo a manutenção da estabilidade dos preços na zona euro. O diferencial de crescimento entre a taxa de inflação portuguesa e a da média da EUR15 foi-se reduzindo-se progressivamente e, em 1997, Portugal apresentava uma taxa de inflação, medida pelo índice de preços harmonizado, 0,2 p. p. acima da média da EUR15 (face a 7,8 p. p em 1990). Em 1998, devido a um comportamento menos favorável da evolução dos preços em Portugal, atribuível, fundamentalmente, à aceleração dos preços de alguns bens alimentares mais voláteis, aquele diferencial aumentou, passando para 0,8 p. p. No entanto, Portugal continuava a cumprir, naquele ano, o critério de estabilidade dos preços definido em Maastricht.

Traduzindo os progressos alcançados na política de consolidação orçamental e nos objectivos de estabilidade cambial e de preços, as taxas de juro apresentaram uma evolução descendente, diminuindo o seu diferencial face à média europeia. Em 1997 e 1998 reforçou-se o processo de aproximação, o qual terá ficado completo naquele último ano. No que respeita às taxas de juro de longo prazo, Portugal apresentou valores abaixo do limite máximo estabelecido para o critério de convergência³ desde 1996, registando-se um valor inferior em 1.6 p.p. em 1997 e 1998.

Quadro 3. Convergência Nominal (em percentagem)

	EU		Portugal	
	1993	1998	1993	1998
Deflactor do Consumo Privado	4,1	1,5	7,4	2,6
IPC Harmonizado	-	1,4	-	2,2
Taxa de Juro de Longo Prazo	7,8	4,9	9,5	5
Saldo Global do SPA (i)	-6,1	-1,5	-6,1	-2,3
Dívida Bruta do SPA (i)	65,9	69,7	63,1	57,8

(i) Em percentagem do PIB.

Fonte: CE; DPP, INE; MF.

2.3.- Convergência Real

Portugal apresentava, no momento de adesão à então Comunidade Económica Europeia, uma situação relativa muito desfavorável, exigindo o processo de convergência

³ A taxa de juro nominal de longo prazo não deverá exceder em dois pontos percentuais a dos Estados Membros que apresentam os melhores resultados em termos de estabilidade de preços.

real esforços acrescidos e ajustamentos estruturais complexos.

Apesar de uma situação de partida desfavorável, conseguiu-se um importante movimento de convergência real em direcção à Europa Comunitária, representando, em 1998, o PIB *per capita* de Portugal medido em ppc, 73% da média comunitária (55,8% em 1986), de acordo com os dados da Comissão Europeia. Este mesmo indicador, medido em Ecu, passou de 30,5% para 48% no mesmo período. Contudo, Portugal continua a apresentar-se como o Estado membro, depois da Grécia, que regista dentro da UE o PIB *per capita* mais baixo. Entre 1994 e 1998 o processo de convergência evoluiu de forma mais moderada do que no período subsequente à adesão.

O movimento de convergência observado ao nível do País não se processou de forma idêntica em todas as regiões que o constituem, embora entre 1993 e 1996 todas as regiões, à excepção do Algarve, se tenham aproximado da média da UE. As regiões em que o processo de convergência foi mais intenso foram o Centro e o Alentejo, regiões que, em conjunto com as regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, apresentam os valores de PIB/*capita* mais baixo.

Em termos do consumo privado *per capita*, apesar do ritmo de convergência ter excedido ligeiramente o do PIB, Portugal continua a ocupar a posição mais desfavorável no contexto da UE (76,3% da média comunitária em 1998).

No que se refere à produtividade e às remunerações, o afastamento em relação à média comunitária é ainda mais significativo. Com efeito, a produtividade média nacional, medida em ppc, que, em 1993 representava 60,7% da produtividade média da UE, em 1998 não ultrapassava 61,4% (em Ecu passou de 40,4% para 41,3%). Embora o movimento de convergência das remunerações tenha superado ligeiramente a evolução da produtividade, em 1998 o seu nível médio representava, em ppc, 64,4% do padrão da UE (61,6 % em 1993).

O movimento de aproximação à Europa Comunitária registado na produtividade média do País observou-se também em todas as suas regiões. Entre 1993 e 1995⁴ este processo foi mais acelerado no Alentejo, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. A RA da Madeira e a região do Centro detêm os níveis mais baixos de produtividade (na ordem dos 53/54% da produtividade média da Europa dos 15), enquanto a região de Lisboa e Vale do Tejo protagoniza o melhor desempenho do País (76,4% em 1995).

À excepção da Região Autónoma da Madeira, as remunerações registaram nesse

⁴ Os últimos valores disponíveis para a produtividade e as remunerações médias por regiões reportam-se a 1995.

período um ligeiro movimento de aproximação à média comunitária, o qual foi mais intenso na região Centro. As regiões do Norte e do Algarve apresentam as remunerações médias mais baixas em relação à média da EUR15 (respectivamente 54,1% e 57,5% em 1995, em ppc).

2.4.- Convergência Estrutural

O posicionamento de Portugal e das suas regiões no contexto da UE, definido sinteticamente pelo Índice de Desenvolvimento Humano ou pelo PIB *per capita* apreciado a propósito da convergência real, carece de ser complementado por uma análise comparativa de aspectos estruturais, em particular os relacionados com a dotação de recursos – humanos, de infra-estruturas e ambientais – bem como das características da estrutura produtiva, da procura, da poupança e de custos. No próximo analisar-se-á o Índice Composto de Desenvolvimento Humano para cada uma das regiões de Portugal ao nível das NUTS II e III.

3.- O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO APLICADO AO NÍVEL DAS NUTS II e III

A coesão social e a redução das assimetrias que se verificam no território e no seio da sociedade constituem importantes preocupações no contexto da União Europeia.

Em Portugal essas preocupações assumem especial relevo, quer porque o nível de desenvolvimento económico e social é ainda insuficiente e significativamente desigual a sua distribuição, quer porque o processo de modernização da economia, designadamente no actual contexto de globalização, é portador de factores desfavoráveis para a coesão económica e social, aos quais é imperioso fazer face através de políticas adequadas inseridas na economia de mercado, que permitam a redução/eliminação de situações de pobreza e de exclusão social.

Para avaliação das assimetrias que prevalecem no País em termos de coesão social e para análise da sua evolução nas últimas duas décadas recorreu-se ao Índice Composto de Desenvolvimento Humano (ICDH) elaborado para as Regiões Portuguesas.

Este índice resulta da adaptação da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas às diferentes NUTS II e III portuguesas. Esta metodologia, porque tem por objectivo ser aplicada ao mais vasto conjunto possível de países do Mundo, com níveis de desenvolvimento muito diverso, integra necessariamente um conceito "minimalista" de desenvolvimento.

O Índice Composto de Desenvolvimento Humano constitui um indicador sintético que permite avaliar de forma mais completa as condições de vida das populações, ultrapassando as limitações decorrentes da utilização do produto *per capita* como indicador único de convergência e de coesão.

O ICDH é, conforme decorre da sua designação, um índice composto que pondera com igual intensidade quatro variáveis relacionadas com as condições de saúde, com o nível educativo, com as condições de conforto e com o rendimento da população.

Os indicadores utilizados na construção do ICDH são, assim, respectivamente, a esperança de vida, o nível de alfabetização, o nível de conforto e o PIB *per capita*, constituindo este uma aproximação, ainda que pouco adequada em muitos casos, ao rendimento das famílias, para o qual não se dispõe de informação adequada.

No entanto, não pode deixar de ter-se presente que a utilização do indicador PIB *per capita* tem implicações a nível da análise regional – de impacto crescente à medida que se desce na dimensão das unidades geográficas – pela ocorrência de pólos produtivos isolados, mas relevantes em determinadas zonas, geradores de elevados volumes de VAB e enviesadores da leitura em termos do rendimento das populações, como é o caso designadamente das centrais de produção de electricidade (hídrica ou termoeléctrica).

A escala estabelecida para os diversos índices obedeceu às seguintes condições:

- Esperança de vida à nascença: valor100=85 anos, de acordo com as Nações Unidas;
- Alfabetização: percentagem de população que sabe ler e escrever, tendendo naturalmente para 100;
- Conforto: percentagem da população com electricidade, água canalizada e instalações sanitárias, tendendo naturalmente para 100;
- PIB *per capita* concelhio mais elevado, em 1997, a preços constantes=100

De acordo com a informação estatística disponível, o Índice Composto de Desenvolvimento Humano foi determinado para os anos 1970, 1981 e 1991 a partir dos Recenseamentos da População e Habitação para aqueles anos; para 1997 o Índice foi estimado a partir das estatísticas correntes do INE, pelo que a validade dos resultados obtidos está estreitamente associada às estatísticas utilizadas.

O Índice Composto de Desenvolvimento Humano foi calculado para o conjunto do País, para cada NUT II e para cada NUT III.

Quadro 4. O Desenvolvimento Humano em Portugal - 1997

Região	Índice Composto de Desenvolvimento Humano	Índice de Esperança de Vida	Índice de Alfabetização (15 e + anos)	Índice de Conforto	Índice do PIB <i>per capita</i>
Norte	79,7	84,2	92,2	93,7	48,9
Centro	78,8	86,0	88,3	93,3	47,4
Lisboa e Vale Tejo	86,8	85,6	93,5	97,4	70,9
Alentejo	76,0	86,2	80,5	91,5	45,8
Algarve	80,3	83,0	89,4	93,1	55,6
Região Autónoma dos Açores	78,0	82,8	93,1	96,9	39,3
Região Autónoma da Madeira	76,4	82,7	87,7	93,9	41,4
Portugal	81,6	84,9	91,1	94,7	55,6
Índice de dispersão	0,046	0,019	0,050	0,023	0,213

Fonte:DPP

Pode constatar-se que, em 1997 e para o conjunto do País, a satisfação das necessidades no que se refere ao conforto e à alfabetização da população ultrapassava 90%.

De facto, a componente cujo índice apresentava um nível mais elevado era a relativa ao **conforto**, indicando que cerca de 95% da população portuguesa disporia de electricidade, água canalizada e instalações sanitárias, seguindo-se a relacionada com o nível de **alfabetização**, que apontava para que 91% da população portuguesa sabia ler e escrever.

Os rácios face aos máximos admitidos para a **esperança de vida** e para o **PIB per capita** apresentavam-se mais baixos, em especial no que se refere a esta última componente do ICDH: respectivamente de 84,9 e 55,6.

Quadro 5. Índice Composto de Desenvolvimento Humano – 1997

Componente	Défice	Valor Máximo
Esperança de vida	15,1	85 anos = 100 (Nações Unidas).
Alfabetização	8,9	Toda a população adulta sabe ler e escrever = 100.
Conforto	5,3	Toda a população dispõe de água canalizada, electricidade e instalações sanitárias = 100.
PIB <i>per capita</i>	44,4	Mais elevado PIB <i>per capita</i> concelhio, a preços constantes em 1997 = 100.
<i>Total</i>	<i>18,4</i>	

Fonte: DPP.

Os défices do País eram assim, face aos máximos definidos, inferiores a 10% nos casos do nível de alfabetização e do conforto, estando a esperança de vida bastante aquém do limiar definido pelas Nações Unidas e do PIB *per capita* máximo, correspondente ao valor mais elevado estimado para 1997 para os concelhos portugueses.

O valor do ICDH global relativo à região de Lisboa e Vale do Tejo era o único que se situava acima da média nacional (+4,7%).

Os valores apurados para as restantes regiões, todos inferiores a essa média, referiam-se, por ordem decrescente, às regiões Algarve, Norte, Centro, Região Autónoma dos Açores, Região Autónoma da Madeira e Alentejo, dela não se afastando, no entanto, mais de 7%.

Face ao máximo definido para o ICDH, verifica-se que em 1997 o défice de desenvolvimento para o conjunto do País ficava aquém de 20%; no entanto, apenas as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve se encontravam em situação semelhante. As restantes regiões apresentavam défices superiores a 20%, sendo os mais elevados os respeitantes à região do Alentejo (24%) e à Região Autónoma da Madeira (23,6%).

Quadro 6. Índice Composto de Desenvolvimento Humano (Défice Global de Desenvolvimento - 1997)

Região	Défice
Norte	20,3
Centro	21,2
Lisboa e Vale do Tejo	13,2
Alentejo	24
Algarve	19,7
Região Autónoma dos Açores	22
Região Autónoma da Madeira	23,6
<i>Total</i>	<i>18,4</i>

Fonte: DPP.

A posição relativa das diferentes regiões em relação aos valores assumidos pelos índices parciais é algo diferenciada, sendo de destacar os seguintes aspectos:

- a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta os índices mais elevados em todos os indicadores utilizados, à excepção da esperança de vida;
- a região do Alentejo, a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira registam baixos índices em parte significativa dos indicadores utilizados.
- verificam-se alguns resultados eventualmente inesperados, associados às características das estatísticas relativas a algumas das variáveis, como é o caso da esperança de vida em relação ao Alentejo e à região Centro ou dos índices de alfabetização e de conforto em relação à Região Autónoma dos Açores.

Quadro 7. Índice Composto de Desenvolvimento Humano (Posição Relativa das Regiões NUTS II - 1997)

ICDH	Índice de Esperança de vida	Índice de Alfabetização	Índice de Conforto	Índice do PIB <i>per capita</i>
LVTejo	Alentejo	LVTejo	LVTejo	LVTejo
Portugal	Centro	RA Açores	RA Açores	Algarve
Algarve	LVTejo	Norte	Portugal	Portugal
Norte	Portugal	Portugal	RA Madeira	Norte
Centro	Norte	Algarve	Norte	Centro
RA Açores	Algarve	Centro	Centro	Alentejo
RA Madeira	RA Açores	RA Madeira	Algarve	RA Madeira
Alentejo	R.A. Madeira	Alentejo	Alentejo	RA Açores

Fonte: DPP

De uma análise territorial mais detalhada do Índice Composto de Desenvolvimento Humano em termos de NUTS III é possível constatar que:

- valor máximo verificado era superior à média nacional em cerca de 13% e o valor mínimo estava afastado dessa média cerca de 9%; o coeficiente de dispersão, enquanto medida das assimetrias existentes, apresentava um valor bastante baixo;
- As regiões que apresentavam valores superiores à média nacional localizavam-se no litoral, em zonas de maior concentração de actividade económica: Grande Porto, Baixo Vouga (Aveiro), Baixo Mondego (Coimbra), Pinhal Litoral (Leiria) e Grande Lisboa;
- Os valores mais baixos (inferiores entre 5 e 9% à média nacional) registavam-se em regiões do Interior: Tâmega, Alto Trás-os-Montes e Baixo Alentejo e ainda Pinhal Interior Sul, Dão-Lafões e Serra da Estrela.

3.2.- Evolução entre 1970 e 1997

Dada a definição e metodologia de construção do ICDH, os valores por ele assumidos tendem assintoticamente para o seu máximo (100), crescendo de forma muito rápida na fase inicial dos processos de desenvolvimento e desacelerando depois naturalmente de forma progressiva.

Por outro lado, algumas das áreas que estruturam os processos de desenvolvimento estão normalmente associadas ao investimento público (saúde, educação, saneamento), o qual é estreitamente condicionado pelos ciclos económicos, que, por sua vez, afectam também o nível de rendimento das famílias.

Deste modo, a evolução do ICDH depende não só das características intrínsecas das realidades que incorpora (estado de saúde da população, alfabetização, conforto, rendimento) e dos indicadores que as procuram medir, mas também da situação das economias ao longo do ciclo de crescimento.

Assim, entre 1970 e 1997 o Índice Composto de Desenvolvimento Humano para o conjunto do País registou um acréscimo de 45,5%, 87% do qual entre 1970 e 1991.

Os valores apurados para o ICDH apresentam, pois, um crescimento em desaceleração, passando de uma taxa média anual de 2% na década de 70, para 1,2%/ano na década de 80 e para 0,7%/ano na década de 90.

3.2.1.- Os factores do desenvolvimento humano

O PIB *per capita* foi a componente do Índice que revelou maior dinamismo, tendo o seu nível mais do que duplicado entre 1970 e 1997; a sua evolução foi especialmente rápida na década de 80 (3,3%/ano), face a 3,1%/ano na década de 70 e 1,9%/ano na década de 90.

Quadro 8. Índice Composto de Desenvolvimento Humano (1970 a 1997) - Portugal

Componente	1970	1981	1991	1997
Índice de Esperança de vida	68,8	79,7	81,6	84,9
Índice de Alfabetização	71,0	79,4	88,0	91,1
Índice de Conforto	58,9	82,3	93,7	94,7
Índice do PIB <i>per capita</i>	25,7	36,1	49,8	55,6
<i>Total</i>	<i>56,1</i>	<i>69,4</i>	<i>78,3</i>	<i>81,6</i>

Fonte: DPP.

Paralelamente, a componente associada ao saneamento básico registou um acréscimo de 60%, concentrado em grande medida na década de 70.

Ao mesmo tempo, a evolução dos índices relacionados com o nível de alfabetização e com a esperança de vida da população – pela natureza dos fenómenos que procuram medir, caracterizados por grande inércia porque intimamente ligados à estrutura etária da população, em especial no primeiro caso – tendeu a ser mais lenta, registando acréscimos de, respectivamente, 28 e 23% no período 1970/1997.

O índice de alfabetização registou um crescimento estável entre 1970 e 1991 (1%/ano), desacelerando para 0,6%/ano na década de 90, enquanto que o ritmo de crescimento da esperança de vida passou de 1,4%/ano na década de 70 – para o que terá contribuído muito provavelmente o fim da guerra colonial, o regresso de portugueses das ex-colónias e a diminuição de intensidade da emigração por motivos políticos – para 0,2%/ano na década de 80, acelerando posteriormente para 0,7%/ano na década de 90, muito provavelmente em associação com a liberalização dos movimentos de pessoas associada ao Acto Único Europeu.

3.2.2.- O Desenvolvimento das Diferentes Regiões

De acordo com os valores apurados para as diferentes NUTS II, no período 1970/1997 foram as regiões do Algarve e do Alentejo as que apresentaram um ICDH com crescimento mais elevado, superior a 60%.

Seguiram-se as regiões do Centro e Região Autónoma da Madeira, com um acréscimo entre 50 e 60% e as regiões Norte e Região Autónoma dos Açores, cujo crescimento se situou entre 40 e 50%.

A região de Lisboa e Vale do Tejo, com o mais elevado ICDH de partida, em 1970, foi a que apresentou um acréscimo mais baixo, de apenas 30,5%, consistente com uma situação de partida menos desfavorável.

Quadro 9. Índice Composto de Desenvolvimento Humano (1970 a 1997) - NUTS II

Região	1970	1981	1991	1997
Norte	54,1	68,5	76,3	79,7
Centro	51,6	65,6	74,4	78,8
Lisboa e Vale do Tejo	66,5	75,1	84,3	86,8
Alentejo	46,4	60,3	72,3	76
Algarve	48,2	64,5	77,6	80,3
RA Açores	53,7	68	75,2	78
RA Madeira	50,1	65	73,3	76,4
Portugal	56,1	69,4	78,3	81,6
Índice de dispersão	0,127	0,068	0,053	0,046

Fonte: DPP

De referir em especial a evolução verificada no Índice relativo à região do Algarve, o qual passou de segundo valor mais baixo em 1970 para segundo valor mais elevado, ainda inferior à média do País, em 1997.

Esta evolução diferenciada do Índice Composto de Desenvolvimento Humano aponta para que as assimetrias entre as diversas regiões do País se tenha reduzido naquele período.

Quadro 10. Indicadores de Assimetria

	Média		Desvio padrão		Índice de dispersão		Amplitude	
	1970	1997	1970	1997	1970	1997	1970	1997
Norte	50,8	77,8	8,3	4,2	0,16	0,05	24,3	12,5
Centro	48,7	77,2	7,4	3,5	0,15	0,04	24,7	8,3
Lisboa e Vale do Tejo	59,5	81,8	10,8	6,2	0,18	0,08	22,7	14,3
Alentejo	46,2	76,1	3,1	2,3	0,07	0,03	6	5,5
Algarve	48,2	80,3	-	-	-	-	-	-
RA Açores	53,7	78,0	-	-	-	-	-	-
RA Madeira	50,1	76,4	-	-	-	-	-	-
País –NUTS II	52,1	78,1	6,6	3,6	0,13	0,05	20,1	10,8
País –NUTS III	50,9	78,1	8,3	4,2	0,16	0,05	35,9	19,5

Fonte: DPP.

Entre 1970 e 1997 essa redução, medida através do coeficiente de dispersão do Índice Composto de Desenvolvimento Humano calculado para as diferentes regiões, terá sido da ordem de 60% em termos de NUTS II e de 70% em termos de NUTS III, verificando-se que cerca de $\frac{3}{4}$ dessa redução se terá verificado durante a década de 70, devido aos baixos níveis de partida das diferentes componentes do Índice nas várias regiões do País. Paralelamente, a diferença entre os valores máximo e mínimo do Índice regista um decréscimo de cerca de 48% e 45% quando considerado o conjunto de NUTSII e de NUTS III respectivamente.

A região do Alentejo apresentou ao longo do período o mais baixo grau de assimetrias; paralelamente, foi nas regiões Centro e Norte que, entre 1970 e 1997, se reduziram mais intensamente os desequilíbrios espaciais existentes.

4.- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de convergência real, em relação à média Comunitária, foi indubitavelmente notável desde a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia. O PIB *per capita* medido em ppc passou, de 1986 a 1998, de 55,8% para 73% da média comunitária. No entanto se olharmos atentamente para o que se passou nas diferentes regiões de Portugal, Lisboa e Vale do Tejo que à partida já era a melhor colocada viu reforçada a sua posição, afastado-se das outras.

Se tomarmos como base de análise o Índice Composto de Desenvolvimento Humano a região de Lisboa e Vale do Tejo aparece sempre colocada acima do valor verificado para Portugal como um todo.

Apesar das assimetrias entre as várias regiões de Portugal se tenha reduzido entre 1970 e 1997 o que pode ser constatado pela diminuição do valor das medidas estatísticas do desvio padrão, índice de dispersão e da amplitude referentes ao Índice Composto de Desenvolvimento Humano para cada uma das NUTSII estes valores aumentam quando se desce na hierarquia geográfica. Não será por acaso que Lisboa e Vale do Tejo, deixou de observar a condição relativa ao PIB *per capita* para a obtenção do estatuto de Objectivo 1 no quadro da negociação do III Quadro Comunitário de Apoio que serviu de base à elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006.

Como conclusão, pode afirmar-se que nunca a frase escrita por George Orwell no seu livro *Animal Farm* “...todos os animais são iguais mais há uns mais iguais que outros...” conheceu nas regiões Portuguesas um espaço de aplicação tão adequado.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, António (org.), A Situação Social em Portugal, 1960-1995, Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES, Sexto Relatório Periódico Sobre a Situação Sócio-económica e o Desenvolvimento das Regiões da UE, CC, Bruxelas, 1999.

GASPAR, Jorge, Portugal: Os Próximos 20 anos, Fundação Caloust Gulbenkian, Lisboa, 1987.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006, MPOT, Lisboa, 1999.

RODRIGUES LOPES, Hrnâni *et al.*, Portugal: O Desafio dos Anos 90, Editorial Presença, Lisboa, 1989.

SILVA COSTA, José, O Processo de Regionalização em Portyugal, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 1996 (mimeografado).

SILVA LOPES, José da, A Economia Portuguesa Desde 1960, Gradiva, Lisboa, 1996.